

HISTÓRIA & UTOPIAS



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

*Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História*

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

A CIDADE DAS LETRAS

leitores e livros no Rio fin-de-siècle

Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A leitura de *A Cidade das Letras*, de Angel Rama, ensaio onde o autor analisa o sistema cultural latino americano do século XIX, em especial o período de 1870-1900, é um excelente parâmetro para entendermos a participação de letrados na vida sócio-cultural das cidades latino-americanas.¹ Para Rama o final do século XIX é o triunfo da *Cidade das Letras*, aquela que desde o início da colonização na América está sendo delineada, mas não tinha tido ainda a oportunidade de definir seus contornos, seu discurso autônomo, seu próprio discurso historiográfico, seus valores e símbolos, sua visão de ordem e progresso sob a perspectiva de maturação nacional. *A Cidade das Letras* era o espaço adequado ao desempenho do setor letrado acadêmico, que usava a Universidade como ponte para nela transitar mais facilmente e ocupar esferas de poder só acessíveis àqueles de formação privilegiada.

“No setor letrado acadêmico, o exercício independente das profissões chamadas “liberais”, ou a criação de institutos que proporcionassem títulos habilitadores (professores primários, de segundo grau) instauraram um espaço mais livre, menos diretamente dependente do poder, para as funções intelectuais, e será neste leito que começará a desenvolver-se um espírito crítico que buscará abarcar as demandas dos extratos baixos, fundamentalmente urbanos, da sociedade, ainda que ambicionando, obsessivamente, infiltrar-se no poder central, pois afinal se continuou a vê-lo como o dispensador de direitos, hierarquias e bens.”²

A ascensão social possibilitada pela letra foi então de intenso grau e o status por ela proporcionado permitiu a ampliação do comércio de livros no Rio de Janeiro, não só para suprir as bibliotecas públicas, institutos e academias, mas também bibliotecas particulares de profissionais inseridos

1 Angel Rama, *A Cidade das Letras*, São Paulo, 1985.

2 *Idem, Ibidem.* p. 93.

nesse círculo de leitores. Há, nos estudos sobre a sociedade brasileira da transição dos dois séculos, necessidade de se delinear com precisão que grupos partilhavam desse setor privilegiado que chamamos de “círculo de leitores”. Possuíam em comum diversas características: alto nível de escolaridade, grande interesse por livros, bibliotecas pessoais e frequência amidiada a livrarias, cafés e centros formais de sociabilidade intelectual.

As livrarias cariocas da transição do século XIX para o XX eram locais de convivência desses círculos de leitores com grande variedade de importância para a vida cultural da cidade. Havia aqueles compostos por nomes que se tornaram grandes nas letras, mas muitos desses círculos se compunham de egressos das faculdades que formavam os “doutores” em direito, medicina ou auto-didatas com o tempo para debates e tertúlias.

Desde a fundação dos cursos jurídicos no Brasil (1827) cresceu a tendência de formação das novas gerações de juristas e burocratas em São Paulo ou Recife, ao invés de buscarem cursos no exterior. Isto viabilizou publicações de livros de direito e temas correlatos ampliando-se discretamente o mercado editorial. Aos livreiros franceses presentes desde o início do século XIX, agregavam-se portugueses e brasileiros, aumentando o quadro de fornecedores para atender o ainda incipiente número de consumidores. A utilização de livros em espaços privados passou aos poucos a ser legitimada por mudanças políticas significativas na segunda metade do século XIX principalmente se levarmos em consideração as limitações para compra e importação de livros nas primeiras décadas, mesmo depois de instalada a Imprensa Régia. Este público específico ajudou a povoar livrarias intensificando a convivência desses círculos que aprenderam a desenvolver suas características de bibliófilos. Livros, livrarias e bibliotecas amalgamaram leitores, livreiros e intelectuais.³

O hiato historiográfico existente sobre a história dos livros e bibliotecas nos aproximou do tema à medida em que julgamos pertinente uma contribuição para o aprofundamento da questão. Borba de Moraes, Bradford Burns, Katia Mattoso, Frieiro, Rizzini, Clado Lessa, Pinto Campello, todos estes estudiosos deram ênfase ao período colonial e às primeiras décadas do século XIX.⁴

3 Ver Lúcia Maria Bastos P. das Neves e Tania Maria T. Bessone da C. Ferreira, “O medo dos ‘abomináveis princípios franceses’: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil”, in *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 4, nº 1, jan./jun. 1989, pp. 113-19.

4 Kátia M. Queiroz Mattoso, *Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano de 1789*, Bahia, Ed. Itapoã, 1969. E. Frieiro, “O diabo na livraria do Cônego”, in *O diabo na livraria do Cônego*, Belo Horizonte, 1957, pp. 9-82. E. Bradford Burns, “The Enlightenment in two Colonial Brazilian Libraries”, *Journal of the History of Ideas*, 25, 1964, pp. 430-8. Tania Maria T. Bessone da Cruz Ferreira, “Les Échos de

Privilegiaram as bibliotecas sequestradas a revolucionários, deixando de fora as bibliotecas particulares de caráter regular. Portanto o processo de formação de bibliotecas de categorias sócio-profissionais, que exerciam atividades no Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX, e os interesses de leituras desse círculo ainda exigem exames aprofundados, como também o interrelacionamento das pessoas que conviviam em torno de vários pontos comuns aos beneficiários das cidades das letras.

O Rio de Janeiro foi escolhido como meio geográfico privilegiado para o estudo, pois guardava o perfil típico das Cidades das Letras analisadas por Angel Rama, que compara algumas cidades latino-americanas aos relatos de Beaudelaire sobre Paris de 1850 a 1870, impulsionada pelo barão de Haussman e em constante mudança. Coincidentemente lembremos do sonho de transplante de uma Paris na América, incentivado pelas reformas urbanas executadas no Rio de Janeiro (1902-1906), principalmente por Pereira Passos, e a transformação arquitetônica da cidade. Tendo como modelo ideal a cultura européia, muitos intelectuais, bibliógrafos e integrantes de diversas categorias sócio-profissionais pautaram sua formação na cultura livresca, em voga na Europa, e mantiveram acesa a eterna questão da busca sempre ilusória dos modelos europeus para a vida na América.

Sob esse ponto de vista a cidade do Rio de Janeiro oferece-se como local privilegiado pois concentrava uma elite política e intelectual e era o centro aglutinador de categorias sócio-profissionais que podiam obter preferencialmente cargos públicos importantes. Cosmopolita em relação a outras cidades brasileiras, o Rio de Janeiro era privilegiado também quanto ao número de livrarias e atividades culturais, se o compararmos a outras cidades brasileiras em diferentes épocas.

As bibliotecas eram o espaço privado e marcadamente masculino, que respeitava os privilégios hierárquicos, tão presentes na sociedade brasileira do final do século. As transformações do Rio de Janeiro nesse mesmo período vão permitir que as ruas se contraponham cada vez mais às casas e ampliarão o universo do círculo de leitores: casas, livrarias e cafés se tornarão o espaço de livros e de homens, para diálogos de intelectuais e políticos, de poetas e dândis, que eram na verdade advogados, médicos, engenheiros, escritores frequentes ou bissexto, e que nas suas atividades mundanas buscavam imitar o ideal perseguido dos padrões europeus. Não é incomum encontrarmos em obras biográficas informações complementares tais como:

la Révolution Française selon l'examen des Bibliothèques des Lettrés Brésiliens a la Fin du XVIIIème Siècle", in M. Vovelle, org. *L'Image de la Revolution Française*, Paris, 1989, pp. 963-9.

*Depois da formatura, dedicou-se à advocacia, ou, mais propriamente, exerceu por algum tempo a advocacia, sem jamais se dedicar a ela, pois preferia-lhe o convívio com as musas, os mestres da literatura clássica e as lidas do jornalismo.*⁵

Naturalmente os limites da hierarquia doméstica não permitiam a frequência democrática que poderia ocorrer em espaços públicos, como nas livrarias e cafés, mas havia casas que possuíam o privilégio de visitas constantes, para debates e tertúlias nos seus salões e bibliotecas. Espaços públicos e privados se sofisticavam, permitindo a ampliação das relações sociais e o encontro de círculos de leitores com interesses comuns, onde se desenvolviam as discussões.

A história de Inácio Manuel Álvares de Azevedo pode ser contada como um exemplo de formação, via doméstica, de um círculo de leitores. Tendo iniciado seu curso em Coimbra, acabou por concluí-lo em São Paulo, em virtude da expulsão de estudantes brasileiros partidários de D. Maria II. Durante o curso em São Paulo casou-se com D. Maria Luísa Silveira da Mota, filha do Desembargador Joaquim Inácio Silveira da Mota, possuidora de vasta cultura literária. Desenvolveu posteriormente, junto com o marido, um salão no Rio de Janeiro considerado “o ponto de convergência para a mais seleta intelectualidade das rodas políticas, literárias e científicas da sociedade fluminense”.⁶ O espaço privado passou a se inserir num contexto social mais amplo e permitiu maior circulação daqueles que integrassem um ativo círculo de leitores.

No espaço público as transformações também ocorreram. O crescimento dos consumidores de livros e a mudança do perfil das livrarias e firmas impressoras no Rio de Janeiro, conforme quadro abaixo, foram significativos. Pouco a pouco a vendagem de livros entre secos e molhados ou pelos *tratantes em livros*, denominação dos vendedores de livros no início do século, cedeu lugar ao comércio das livrarias e livreiros especializados, procurados em razão de suas indicações e por facilitarem importações necessárias. De outra parte, a especialização permitia que sobre tais comerciantes se fizessem pressões com vistas à publicação de obras de autores locais.

5 José Luís de Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*, São Paulo, 1977, vol. I, p. 114. Trecho a respeito de José Pinheiro Guimarães, bacharel da turma de 1832.

6 *Idem, Ibidem*, pp. 187-9.

TABELA 1
LIVRARIAS E FIRMAS IMPRESSORAS NO RIO DE JANEIRO

REFERÊNCIA	1860	1870	1890
LIVRARIAS	17	30	45
FIRMAS IMPRESSORAS	30	35	67
HABITANTES		270.000	522.671

Apud Lawrence Hallowell. *O Livro no Brasil*. São Paulo, 1985

Muitos escritores, frequentadores diários de livrarias e pontos de encontro, permitiram que esses locais se transformassem em chamarizes para leitores de todos os níveis. As inúmeras crônicas sobre a cidade, nesse período, não deixam dúvidas sobre a ampliação desses “salons”. O processo passou naturalmente por diversas etapas e permitiu a formação de núcleos, que eram muito apreciados como pontos de referência cultural e intelectual da cidade. Uma das ruas efervescentes era a Nova do Ouvidor, tratada em uma crônica de Vieira Fazenda:

Ali, naquele prédio de paredes derrocadas, esteve a tipografia Montenegro, onde por muitos anos foi impresso o Apóstolo, cujo redator o cônego Ferreira, ilustre e virtuoso sacerdote, obedecia ao lema de Pio IX — clama, clama, itaque, ne cesses. Lá, funciona em casa apropriada o Club de Engenharia, onde se reúnem os eminentes representantes das ciências exatas. Acolá, na casa da velha D. Flávia, é o escritório da redação da Universal, importante revista que vai com vento em popa, graças à direção do Dantas da República (nos abraços). Do outro lado foi a sede da Revista Brasileira, infelizmente suspensa, e cujos dignos redatores caíram, repetindo com o poeta — vencidos, não, mas de vencer cançados. Foi, segundo pensamos, d'aí que se originou a idéia da fundação da Academia Brasileira de Letras. Neste outro sobrado esteve por muito tempo o Apostolado Positivista, fundado pelos operosos e persistentes filhos de Auguste Comte, os quais só abandonaram a primitiva sede, quando puderam levantar o templo da Rua Benjamin Constant. Para a rua Nova do Ouvidor enviam prolongamentos os conceituados órgãos de imprensa: o jornal

*do Commercio e o Paiz, e nessa rua teve o jornal Tribuna Liberal.*⁷

As influências francesas faziam aí seu habitat, muitas vezes mal selecionadas e mal compreendidas, mas que podem ser devidamente avaliadas em outras crônicas, preocupadas em traçar o perfil da cidade nas duas primeiras décadas do século XX. João do Rio, figura controvertida de cronista, analisa de maneira sarcástica as transformações culturais da cidade e sua tênue migração das influências culturais francesas para as americanas.⁸

O Rio de Janeiro exibia sua “modernidade” nos “salons” improvisados e nas opções de leituras neles alardeados. Nesses ambientes os círculos de leitores se compunham, formados por profissionais, concentrados sobretudo em categorias como advogados, médicos, engenheiros, aquela escassa camada letrada que podia se dar ao luxo de adquirir e manter livros, mesmo que fosse em pequenas estantes. Contrastando com o fervilhar mostrado pelas crônicas, muitas bibliotecas retratam horizontes culturais limitados, quando não seguem a trilha de “bibliotecas desaparecidas”, homens de letras que parecem ter usado seus alfarrábios para aquecer banhos públicos, como está narrado por Canfora na sua obra sobre a existência e destruição da biblioteca de Alexandria.⁹

Muitos indivíduos pertencentes ao círculo de leitores guardavam concepções da ilustração, tardiamente preservada nas tendências filosóficas de alguns pensadores. Mesmo bibliotecas importantes como a da Faculdade de Direito de São Paulo eram deficientes em livros científicos. O que não impedia que médicos, advogados e outros profissionais letrados circulassem com certa desenvoltura pela jornalismo, pela literatura, e parecendo até uma fatalidade latino-americana, também pela política.¹⁰ A busca dessas bibliotecas leva ainda a informações sistemáticas de publicações que mencionam sobretudo teses, poesias, artigos em jornais e outros periódicos, sem muita ênfase nos aspectos práticos e experimentais. Faziam parte de círculos de sociabilidade formais e informais, de roda boêmio-literárias, muito comuns na transição do século XIX para o XX.

7 Cf. José Vieira Fazenda, *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1921, Crônica de 25 de setembro de 1896, vol. I, p. 229.

8 Cf. Raul Antelo, *João do Rio. O Dândi e a Especulação*, Rio de Janeiro, 1989.

9 Cf. Luciano Canfora, *A Biblioteca Desaparecida. Histórias da Biblioteca de Alexandria*, tradução de Federico Carotti, São Paulo, 1989, principalmente os capítulos III a VI.

10 Ver Gilberto Freyre, *Ordem e Progresso*, Rio de Janeiro/Brasília, 1974, 2 vols., I p. 204 e Rama, *op. cit.* p. 111.

Tomemos como exemplo um jurista com biblioteca listada em inventário: Carlos Frederico Taylor.¹¹ Falecido em 03/07/1890 e tendo por inventariante o Conselheiro Dr. Eduardo de Andrade Pinto, deixou testamento legando sua fortuna para numerosos parentes e amigos, além de ex-escravos e dependentes. Seu herdeiro universal era o filho único, Carlos Taylor. Seus bens estavam concentrados sobretudo em propriedades urbanas, algumas fazendas, carros (uma Victoria, um Phaeton e um Tilbury), móveis, pratas, jóias e livros, esses últimos orçados no inventário em 246\$700 mil réis.

Foram listados no inventário apenas 40 itens, sendo mencionadas em conjunto, sem maiores referências, obras em brochura, localizadas em casa situada na rua São José nº 5. Porém, a casa onde foram localizados os livros não era utilizada para moradia, pois a indicação de residência era na rua Marquês de São Vicente nº 20, em uma chácara que ficou entre os legados da viúva. Na descrição das obras registravam-se sobretudo livros pertinentes ao exercício profissional; obras de direito comercial, direito civil, revistas judiciais, códigos criminais, alguns poucos dicionários e, nos itens 38 e 39, a informação “oitenta e dois volumes diversos, avaliados em oitenta e dois mil réis” e “cinquenta e duas brochuras diversas” em quinhentos réis cada uma, totalizando vinte mil réis. Sem informação específica para estes itens, o legado de Frederico Taylor, digno de registro apontava um leitor preocupado com o aprofundamento acadêmico, um advogado sem maiores veleidades literárias.

O mesmo não se percebe a partir da leitura do inventário de Cândido Mendes de Almeida. O número de volumes indicados envolve cinco mil exemplares de obras diversas, avaliadas em dezessete contos de réis, além de exemplares extras de obras do próprio inventariado.

Mil exemplares de Atlas do Império do Brasil avaliados em nove contos de réis. Mil exemplares de — Lições de um pai a um filho, avaliados em o valor de quinhentos mil réis. Mil e quinhentos exemplares de Direito Mercantil avaliados em setecentos mil réis digo setecentos e cinquenta mil réis. Trezentos exemplares de Memórias do Maranhão avaliados em setenta mil réis. Quarenta e cinco pedras litográficas avaliadas em quatrocentos e cinquenta mil réis. O direito de contrato com B. L. Garnier para publicação de todos os Arestos do Supremo Tribunal avaliados em quatrocentos mil réis. Declaramos quanto a propriedade das obras originais do falecido as quais não lhes demos valor por serem invaliáveis. Importa a presente

11 Arquivo Nacional (doravante AN), Inventários, Carlos Frederico Taylor (2 vols.), Ano 1890, nº 840, cx. 105, Galeria A.

*avaliação na importância de vinte e oito contos cento e sessenta mil réis.*¹²

Cândido Mendes de Almeida nasceu em vila do Brejo, no Maranhão, no dia 16 de outubro de 1818, filho do capitão Fernando Mendes de Almeida e dona Esmeria Alves de Almeida. Tornou-se Bacharel em direito pela faculdade de Olinda em 1839. Entre 1841 e 1842 foi Promotor em São Luis e obteve, por concurso, a nomeação para o cargo de professor de geografia e história no Lyceo São Luis. Posteriormente estabeleceu-se na Corte, onde exerceu numerosos cargos, chegando a Senador no ano de 1871. Jurisconsulto, historiador, sócio do IHGB, oficial da Ordem da Rosa, produziu numerosas obras durante a sua vida, algumas já citadas em seu inventário.¹³

Por ocasião de sua morte, em 1881, parecia estar significativamente endividado, existindo no processo de inventário numerosas cobranças à viúva e inventariante, sobretudo de livreiros e editores. Nas folhas 125-129, Cândido Gil Castello pretende receber determinada quantia emprestada ao senador. Para tanto apresenta uma “Escriptura de dívida e penhor”, cuja quarta cláusula diz: “que o Outorgante para garantia desta dívida (doze contos de réis originais, à época do processo nove contos e cinquenta e sete mil réis) dá em penhor (...), a biblioteca tanto jurídica como literária excedente os mil volumes e uma apólice de seguro de sua vida (...) no valor de mil e quinhentas libras esterlinas da Companhia Ingleza The Royal Insurance Company (...)”. Em 18 de agosto a Livraria Laemmert apresentou ao Juiz dos Órfãos da 2ª Vara a seguinte fatura, devida por Cândido Mendes de Almeida:

1880

– Setembro 14 – 4 cartões de chromos	5000
– Setembro 22 – 1 Voyages de Camões	2000
– Novembro 01 – Mailfer – Démocratie en Europe	7000
– Novembro 01 – 1 Stuart Mill – Gouvernement représentatif	4000
– Novembro 01 – 1 Martins – História de Portugal, 2 vols.	6000
– Novembro 02 – 1 Mayne – La Nouvelle Granade	6000
– Novembro 02 – 1 Didon – Indissolubilité et divorce	4000
– Novembro 03 – 1 Statistical abstract	1000
– Novembro 14 – 1 Pedra de pergaminho	2500
– Novembro 14 – 1 Fazi – Legislation constitutionnelle	7000

12 AN, Inventários, Cândido Mendes de Almeida, Ano 1881, cx. 219, Juízo de Órfãos da 2ª Vara.

13 Sacramento Blake, *Dicionário bibliográfico*, vol. 2, pp. 35-9.

– Novembro 26 – 1 Mundo Animado	6000
– Novembro 26 – 1 Galeria pittoresca dour. ^a	7000
– Novembro 26 – 2 carteiras pequenas	4000
– Dezembro 18 – 1 Alegria da Casa	500
– Dezembro 31 – 1 Calendário em marroquim	3000
– Dezembro 31 – 1 Folhinha	1000
– Dezembro 31 – 1 Ass. Revue du monde cath.o	19000
– Dezembro 31 – 1 Ass. Le Contemporain	1800
– Dezembro 31 – 1 Ass. Le Monde avec Messenger	36000
– Dezembro 31 – 1 Ass. Le Correspondent	27000

1881

– Janeiro 10 – 1 Ottoni Geometria	5000
– Janeiro 10 – 1 Ottoni Artithimetica	3000
– Janeiro 10 – 1 Varella Contos Meridionais	3000
– Janeiro 10 – 1 Gonçalves Dias Cantos	6000
– Janeiro 24 – 1 Sá Arithimetic	3000

RES 186\$000¹⁴

Cândido Mendes era frequentador e consumidor contumaz de livrarias e a cobrança da Laemmert pode ser escandida para que fiquem claros seus hábitos: de setembro de 1880 a janeiro de 1881 comparecia quase que semanalmente à livraria e diversificava suas compras entre produtos de papelaria, que utilizava quotidianamente, livros específicos de direito, poesia, matemática e, no último mês do ano, renovação ou atualização de assinaturas de Revistas estrangeiras.¹⁵

Os negócios com livros eram bastante comuns e o inventário estava juncado de questões que envolviam o inventariado, seus direitos de publicação com a livraria Garnier, seus direitos autorais e cerca de mil obras diversas que se encontram espalhadas, segundo o próprio original, nas bibliotecas Nacional e Fluminense. Preservaram direitos de propriedade das seguintes publicações: Atlas do Império do Brasil (original), Código Filipino (com comentários pessoais e aumentado), Direito Mercantil e Leis da Marinha, Memórias do Maranhão e Direito Civil Eclesiástico Brasileiro, além de numerosos opúsculos que publicou em seu nome. Devia a H. Laemmert, por outras compras ali relacionadas, um total de 174\$000 réis. Este inventário se revela como um rico documento em potencial, inclusive para caracterizar atitudes de confusão entre público e privado, quando da utilização de bibliotecas públicas

14 AN, Inventários, Cândido Mendes de Almeida, fls. 125-129.

15 *Idem, Ibidem.*

como se fossem particulares, situação que não é de todo nova para o grupo em estudo.

Há dois tipos de situação no exercício do convívio desses círculos de leitores; chamaremos de formais aqueles onde houve uma preocupação de institucionalização — como a Academia de Letras — e informais os que surgiram espontaneamente como espaços de convívio frequente, sem que se operasse uma sistematização. Por exemplo, em 1894 foi fundado um estabelecimento comercial de muito agrado por parte dessa clientela: a Confeitaria Colombo. Seu fundador, Manuel Lebrão, passou a ser festejado por este grupo que buscava novos pontos de encontro. Apesar de já ocuparem outras áreas, reivindicavam novidades no espaço público preferido: o núcleo central da cidade. Nessa ocasião já estavam encaminhadas as negociações para a criação de outro círculo de sociabilidade, esse formal: a Academia Brasileira de Letras, que ocorreu em 1896.

Espaços de convivência com caráter político implícito, a Academia Brasileira de Letras ou o Instituto Histórico, ou ainda o Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil e a Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro absorviam muitos escritores, frequentadores diários de livrarias e pontos de encontro informais, mas que não se furtavam a um engajamento sistemático, grandes responsáveis que foram pela fundação e manutenção desses institutos. No verbete do *Dicionário Brasileiro de Datas Históricas*, organizado por José Teixeira de Oliveira, relativo à fundação da Academia Brasileira de Letras, é interessante perceber no texto a mudança de concepção valorativa entre aquilo que deveria ser função do poder público ou patrocínio da iniciativa privada. A ênfase positiva dada ao desempenho inicial de Lúcio de Mendonça, quando o vínculo oficial parecia agradar imensamente aos futuros acadêmicos, foi substituída em narrativas posteriores. Lúcio, que pressionava diariamente Alberto Torres, então figura proeminente no poder, para publicar em decreto que coincidissem com o 7º aniversário da República, oficializando a criação da Academia, ao mesmo tempo que a integraria ao poder constituído, decepcionou-se:

Chegou porém o 15 de Novembro e o decreto (...) não apareceu. Alberto Torres, que parecia ter concordado no primeiro momento, mostrava escrúpulos em oficializar uma instituição que, na sua opinião, contrariava a essência democrática do regime (...); tratou Lúcio de organizar a Academia como instituição particular. Ele queria mostrar, e mostrou que o pensamento, para triunfar, prescinde da chancela dos governos.¹⁶

¹⁶ In *Dicionário Brasileiro de Datas Históricas*, org. José Teixeira de Oliveira, com prefácio de Affonso d'E. Taunay, Rio de Janeiro, 1950, p. 395.

Aparentemente, como tinham sido recusados pela chancela do poder público, caíram rapidamente na solução da instituição particular, tida, depois das tentativas fracassadas, como a escolha adequada. A situação mais comum entretanto era a opção pela benesses públicas, mesmo à custa de muita insistência.

As inúmeras crônicas sobre a cidade, nesse período, não deixam dúvidas sobre a ampliação desses “salons”, como locais informais de articulação para a possível criação de órgãos duradouros. Esse processo passou naturalmente por diversas etapas e permitiu a formação de novos espaços que eram muito apreciados como pontos de referência cultural e intelectual da cidade, como confeitarias, no exemplo já citado, redações de jornais e livrarias. Estas se concentravam no centro histórico e faziam as delícias de muitos. As mais importantes, no final do século, eram a Garnier e a Laemmert, responsáveis pela existência de rodas literárias famosas. Mas havia outras: Quaresma, também muito frequentada pois vendia livros usados e baratos, Jacintho, Castilho, Cruz Coutinho e mais tarde, desbancando pouco a pouco a Garnier e a Laemmert, a livraria Francisco Alves, que inicialmente privilegiava a venda de livros didáticos, mas que aos poucos foi-se impondo, principalmente pela importância editorial assumida por seu proprietário.

A presença francesa manteve-se como influência cultural no Rio de Janeiro de forma muito marcante. Parecia ocorrer aquilo que Carlo Ginzburg chamou de *troca desigual*, ao comandar o desequilíbrio existente em algumas relações culturais contemporâneas: “No decurso deste meio século as trocas historiográficas entre a Itália e a França foram fortemente desequilibradas. A Itália recebeu muito mais do que deu”. Acrescentou que o desequilíbrio na primeira foi ampliado por uma admiração patética e inerte da maioria, sem uma reação crítica importante, sobretudo quanto ao período em questão. Tomando esta afirmativa como referência, podemos afirmar que de certa forma, e com alguma relativização, fenômeno semelhante pode ser percebido no Rio de Janeiro.¹⁷ A afirmação de Ginzburg vinculava-se a trocas historiográficas atuais, mas faz refletir também sobre a questão do modismo e da hegemonia exercida por alguns, que desemboca em uma reprodução de padrões culturais sem critérios. Há os que reagem aos simples modismos e vêem de maneira crítica essas influências, mas pareciam ser minoria no Brasil do início do século. Nossas trocas eram desequilibradas e muitas vezes assimilavam com grande desenvoltura novas facetas, permitindo a migração de referências, das quais podiam-se reconhecer as origens: sai Paris, entra a City londrina e posteriormente Nova York.

¹⁷ Ver Carlo Ginzburg, *A Micro-História e outros ensaios*, Lisboa, 1989, p. 169-74.

De qualquer forma nem todos acreditavam que o aval do poder público fosse assim tão facilmente superável. A mudança de uma sociabilidade anônima, de rua, por uma sociabilidade que privilegiasse a intimidade, vinculada à casa, à família ou aos próprios laços do indivíduo, situava-se numa zona nebulosa, junto a concepções confusas do público e do privado que até hoje arranham as questões éticas no Brasil. Muitos intelectuais circulavam nesse universo integrando emblematicamente situações contraditórias, quando mesmo os aparentemente revoltados contra o sistema cediam e batalhavam conservadoristicamente por um lugar na Academia ou se domesticavam em uma sinecura. Livros e leitores eram presenças frequentes e inalienáveis nesse jogo, como também bacharelismo e burocracia. O Rio de Janeiro, como um exemplo de uma cidade das letras latino-americana, parece se aproximar nos seus mais diversos aspectos da análise proposta por Rama.

Texto apresentado na sessão Rio de Janeiro, Retratos em Branco e Preto (Novas Fontes, Novas Indagações), 22/7/1993.